

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.930 - RS (2019/0200947-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
AGRAVANTE : GABRIEL DE SOUZA JERONIMO
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por GABRIEL DE SOUZA JERÔNIMO de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que inadmitiu o recurso especial interposto contra o acórdão do Agravo em Execução n. 0314271-04.2018.8.21.7000.

Consta dos autos que, na PEC n. 97.705-5, o Juízo da Vara de Execução Criminal Regional da Comarca de Novo Hamburgo considerou prejudicada a extinção da pena do agravante, porque “o reeducando aguarda o julgamento do processo referente ao crime cometido durante a vigência do livramento condicional, pelo qual consta prisão preventiva vigente” (e-STJ fls. 58-59). Ao final, “levantou” a suspensão do livramento condicional, a partir de 15/9/2018, prorrogando o benefício até o trânsito em julgado do processo n. 084/2.18.0000575-0, nos termos do art. 89 do CP, e afastou as prescrições do art. 132 da Lei de Execução Penal.

O TJRS negou provimento ao recurso (e-STJ fls. 94-101).

No recurso especial (e-STJ fls. 109-114), a defesa aponta violação dos arts. 88 e 90 do Código Penal e art. 146 da LEP, em resumo, porque cumprido o prazo do livramento condicional sem a suspensão ou a revogação do benefício pelo Juízo da Execução, a pena deveria ter sido considerada extinta.

Em juízo prévio de admissibilidade (e-STJ 125-131), o TJRS inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula n. 83/STJ.

Neste agravo (e-STJ fls. 136-141), o recorrente sustenta que o óbice indicado na decisão não se aplicaria ao caso.

Requer o acolhimento do agravo, a fim de que seja admitido e provido o recurso especial.

Em parecer (e-STJ fls. 160-164), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do agravo e desprovido o recurso especial.

É o relatório.

Constata-se, todavia que no HC n. 503-167/RS, impetrado com o mesmo objetivo deste recurso, esta relatoria não conheceu do *writ*, por considerar inexistente constrangimento ilegal, uma vez que o acórdão do agravo em execução encontra-se em consonância com a jurisprudência deste STJ. Confira-se trecho do *decisum*:

[...]

No caso em apreço, verifica-se que o Tribunal de origem anotou que o o livramento condicional foi prorrogado para a data do trânsito em julgado da nova condenação, enquanto a suspensão do benefício pelo cometimento de novo delito

Superior Tribunal de Justiça

ocorreu no dia 23/04/2018, isto é, durante o cumprimento da benesse.

Ou seja, não ocorreu a condição legal para restabelecimento do benefício que finaliza a suspensão, qual seja, a decisão final do processo que apura a prática da infração penal. Sendo assim, correta a prorrogação do benefício.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE NOVO DELITO. SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA EM RELAÇÃO AO NOVO CRIME. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. Não há ilegalidade na decisão que, dentro do prazo do período de provas, suspende o benefício do livramento condicional, em razão da notícia da prática de novo delito pelo Apenado. Precedentes.

2. "[O] fato de ter sido concedida liberdade provisória ao paciente, em relação ao crime cometido no curso do livramento condicional, não implica em ilegalidade da suspensão cautelar do benefício" (HC 398.352/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 20/09/2017).

3. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 443805/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 22/11/2018) – Grifei

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE NOVO CRIME NO CURSO DO PERÍODO DE PROVA. SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA EM RELAÇÃO AO NOVO CRIME. NÃO CONFIGURAÇÃO DE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício, em homenagem ao princípio da ampla defesa.

II - Não há ilegalidade na decisão que, dentro do prazo do período de provas, suspende o benefício do livramento condicional, em razão da notícia da prática de novo delito pelo réu (precedentes).

III - In casu, o fato de ter sido concedida liberdade

Superior Tribunal de Justiça

provisória ao paciente, em relação ao crime cometido no curso do livramento condicional, não implica em ilegalidade da suspensão cautelar do benefício.

Habeas Corpus não conhecido.

(HC 398.352/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 20/09/2017) – Grifei

Dessa forma, e considerando que o remédio heróico não é o campo para o revolvimento de provas, e que os documentos que instruíram o presente writ não possibilitam interpretação diversa, verifica-se que o reclamo está em consonância com pacífica jurisprudência desta Casa de Justiça. [...]

Por conseguinte, considerando-se que houve a prática de 4 (quatro) crimes de roubo, a pena cominada ao réu mostra-se desproporcional, sendo devida a redução para o patamar de 1/4 (um quarto) adequado e razoável ao caso.

Nesse contexto, inalterada a reprimenda do paciente na primeira e segunda fases da dosimetria, diante da ausência de qualquer causa modificativa, deve-se reduzir o quantum do aumento ao patamar de 1/4 (um quarto), na terceira etapa, restando a pena em 6 (seis) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão.

Por fim, considerando o concurso material entre os crimes de roubo, estupro e corrupção de menores, totaliza-se a reprimenda definitivamente em 10 (dez) anos, 6 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão.

[...]

Constatada a perda superveniente de objeto do recurso, a insurgência não merece conhecimento.

Diante do exposto, JULGO PREJUDICADO o AREsp, por perda de objeto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Ciência o Ministério Público Federal acerca desta decisão.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator